Fontes do direito e como citá-las

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O direito de Singapura tem quatro camadas. No topo está a Constituição. Abaixo dela estão os Acts of Parliament (leis do Parlamento). No campo deste livro, incluem o Payment Services Act 2019, o Securities and Futures Act 2001, o Financial Services and Markets Act 2022 e o Monetary Authority of Singapore Act 1970, além do Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act 1992 e do Insolvency, Restructuring and Dissolution Act 2018. Abaixo dos Acts está a legislação subordinada (subsidiary legislation): regulations, rules, orders e notifications editados por um Ministro ou pela MAS (Monetary Authority of Singapore) com base em poder conferido por um Act. O Interpretation Act 1965 define "subsidiary legislation" de modo a abranger qualquer order, rule, regulation, notification, by-law ou outro instrumento editado com base em qualquer Act e dotado de efeito normativo. Define "written law" de modo a incluir a Constituição, todos os Acts e toda a legislação subordinada em vigor.[1] A quarta camada é o common law e a equity, recebidos da Inglaterra e desenvolvidos desde então pelos tribunais de Singapura.

A forma de citar as leis de Singapura mudou em 31 de dezembro de 2021, quando entrou em vigor a Revised Edition de 2020 dos Acts. Até então, um Act era citado pelo número de seu capítulo nos Statutes of Singapore, de modo que o Securities and

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Futures Act era o “Cap. 289” e o Interpretation Act o “Cap. 1”. A Revised Edition de 2020 aboliu os números de capítulo e rebatizou cada Act com o ano de sua promulgação original. O Securities and Futures Act é agora o Securities and Futures Act 2001, o Companies Act é o Companies Act 1967 e o Monetary Authority of Singapore Act é o Monetary Authority of Singapore Act 1970. As Partes dos Acts, antes numeradas em algarismos romanos, passaram a ter algarismos arábicos, de modo que a antiga Parte XIII do Securities and Futures Act, sobre ofertas de investimentos, é agora a Parte 13.[2] O leitor que encontra “Cap. 289” ou “Part XIII” em um artigo de 2019 está diante do mesmo dispositivo sob seu nome antigo. Este livro usa sempre as denominações da Revised Edition de 2020.

O Singapore Statutes Online, mantido pela Legislation Division das Attorney-General's Chambers em sso.agc.gov.sg, é a fonte oficial e gratuita e corresponde, em termos funcionais, ao Fedlex. Apresenta a versão consolidada atual de cada Act e de cada ato de legislação subordinada, com uma função point-in-time que permite exibir o texto tal como vigorava em determinada data. Essa função é indispensável no trabalho com ativos digitais, porque o Payment Services Act 2019 foi alterado repetidas vezes e uma condição de licença imposta em 2021 se refere ao Act na redação então vigente. O site também publica os Bills, as notificações da Government Gazette que põem dispositivos em vigor e as notas da Revised Edition. Ao contrário do Fedlex, não publica os debates parlamentares. Estes constam do Hansard do Parlamento de Singapura, que os tribunais tratam como material extrínseco admissível na interpretação de um dispositivo.[3]

Camada	Suíça	Singapura	Onde encontrar
Constituição	Constituição Federal (SR 101)	Constitution of the Republic of Singapore	Fedlex / Singapore Statutes Online
Legislação primária	Lei federal (p. ex. FinIA, SR 954.1)	Act of Parliament (p. ex. Payment Services Act 2019)	Fedlex / Singapore Statutes Online
Normas do Executivo	Portaria do Conselho Federal (p. ex. FinIO)	Regulations do Ministro ou da MAS (p. ex. Payment Services Regulations 2019)	Fedlex / Singapore Statutes Online

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Camada	Suíça	Singapura	Onde encontrar
Normas vinculantes do regulador	Portaria da FINMA (p. ex. AMLO-FINMA)	MAS Notice (p. ex. PSN02)	Site da FINMA / site da MAS
Soft law do regulador	Circular da FINMA, orientações	MAS Guidelines, Circulars, FAQs	Site da FINMA / site da MAS
Jurisprudência	BGE, BGer	SGCA, SGHC(A), SGHC, SGHC(I)	bger.ch / eLitigation, judiciary.gov.sg
Materiais parlamentares	Botschaft, BBl, Amtliches Bulletin	Explanatory Statement do Bill, Hansard	Fedlex, parlament.ch / parliament.gov.sg

Notas

1. Interpretation Act 1965, seção 2(1), definições de “subsidiary legislation” e “written law” (texto conforme publicado no Singapore Statutes Online, 2020 Rev Ed). ↩
2. A página de cada Act no Singapore Statutes Online indica que a Revised Edition de 2020 incorpora as alterações até 1º de dezembro de 2021 e entrou em vigor em 31 de dezembro de 2021; ver, p. ex., Application of English Law Act 1993 (2020 Rev Ed). ↩
3. Interpretation Act 1965, seção 9A(2)–(3) (uso de material extrínseco, incluindo o discurso do Ministro na segunda leitura, na interpretação da legislação escrita). ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com